

MINUTA

Ata 6ª Assembleia Geral Extraordinária CBH AMAP PN1 2024

No dia 18 de dezembro de 2024, os membros do Comitê de Bacias Hidrográficas dos Afluentes Mineiros do Alto Paranaíba se reuniram para a 6ª Assembleia Geral Extraordinária, em uma reunião realizada virtualmente, via plataforma Jitsi Meet. Estiveram presentes os seguintes membros: Jeane Sabrina Maia (Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM), Irineu Vieira Caixeta (Instituto Estadual de Florestas - IEF), Flávio Henrique Caixeta Guimarães (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – EMATER), Ilidio Lopes Mundim Filho (Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMAD), Alex Teixeira Andrade (Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais – EPAMIG), Celso Queiroz de Magalhães (Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SEAPA), Diego Cavalcante Mota (Consórcio Intermunicipal Região Integrada de Desenvolvimento Sustentável – RIDES), Murielle Cristine Costa Melo (Associação dos Municípios da Microrregião do Alto Paranaíba – AMAPAR), Andrêssa Caixeta Souza (Associação dos Municípios da Microrregião do Alto Paranaíba – AMAPAR), Augusto Peres Arruda (Prefeitura Municipal de Serra do Salitre), Antônio Geraldo de Oliveira (Prefeitura Municipal de Patrocínio), Eni Aparecida do Amaral (Prefeitura Municipal de Patos de Minas), Bruno Gonçalves dos Santos (Prefeitura Municipal de Araguari), Joaquim Odilon Fernandes (Prefeitura Municipal de Iraí de Minas), Dênio Drummond Procópio (Cemig Geração e Transmissão S.A.), Vicente de Paulo Flávio de Lima (Superintendência de Água e Esgoto - SAE Araguari), Anderson Pires (Departamento Municipal de Água e Esgoto de Monte Carmelo - DMAE Monte Carmelo), Márcia Marques Magalhães Borges (Departamento de Água e Esgotos de Patrocínio – DAEP), Renato Carvalho (Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA), Régis Vinícius Alves de Abreu (Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais – FIEMG), Wander Lúcio Rodrigues Alves (Associação dos Produtores de Soja, Milho, Sorgo e outros grãos agrícolas do Estado de Minas Gerais – APROSOJA), Natália Gonçalves Mendes (Associação dos Produtores Rurais e Irrigantes do Noroeste de Minas Gerais - Irriganor), Paulo Alves Cardoso (Sindicato dos Produtores Rurais de Iraí de Minas), Carla Caixeta Alves Rosa (Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES), José Oliveira da Silva (Ação Franciscana de Ecologia e Solidariedade – AFES),

35 José Eduardo Peçanha (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais
36 - CREA-MG), Eusímio Felisbino Fraga Junior (Universidade Federal de Uberlândia –
37 UFU), Gisely Regina de Oliveira (Cooperativa do Desenvolvimento do Trabalho e Ação
38 Social Bairros Congonhas, Amir Amaral e Cruzeiro da Serra – COOPERCAC), Marcelo
39 Ribeiro Pereira (Universidade Federal de Viçosa - Campus Rio Paranaíba), Edvaldo
40 Soares Santos (Sindicato dos empregados, trabalhadores assalariados rurais e agricultores
41 familiares na Agricultura, Pecuária e Similares de Patrocínio e região). Pontos de pauta a
42 serem discutidos: Item 01 - Abertura feita pelo Presidente, leitura do expediente e
43 informes. Item 02 - Apreciação e votação da minuta de Deliberação CBH AMAP que a
44 prova o Plano Plurianual de Aplicação 2025 dos recursos da cobrança pelo uso dos
45 recursos hídricos da Bacia dos Afluentes Mineiros do Alto Paranaíba. Item 03 - Abertura
46 de fala aos participantes.

47

48 Após conferência de quórum, o Sr. Antônio Geraldo de Oliveira, presidente do Comitê,
49 dá abertura à reunião com a leitura do expediente e os informes necessários. Seguindo a
50 pauta, foi informado a plenária que após análise dos documentos do Plano Plurianual
51 2025 pela diretoria, essa demanda foi encaminhada para discussão na Câmara Técnica de
52 Planejamento Institucional (CTPI CBH AMAP PN1). O Sr. Bruno Santos, coordenador
53 da CTPI CBH PN1, reforça que o PPA é aprovado apenas em plenária, porém a partir da
54 análise da Câmara Técnica o grupo fez uma ratificação do plano apresentado pela equipe
55 técnica da ABHA Gestão de Águas. A aprovação ou não do PPA se refere à previsão
56 orçamentaria, já considerando a alta inadimplência, com todo o seu planejamento e
57 descritivo de ações. O Sr. Antônio Geraldo convida então o Sr. Hygor Siqueira para fazer
58 a apresentação e explicação do Plano Plurianual de Aplicação de 2025 elaborado pela
59 equipe da ABHA Gestão de Água para a plenária do CBH PN1. Esse PPA 2025 foi
60 elaborado partir da assinatura do Contrato de Gestão e reuniões entre a equipe técnica da
61 ABHA e a diretoria do Comitê, sendo um instrumento de planejamento e orientação do
62 desembolso a ser executado com o recurso da cobrança a partir do plano de ações do
63 Plano Diretor de Recursos Hídricos, devendo ser dimensionado tendo em vista a
64 capacidade operacional da entidade. O Plano poderá ser revisto anualmente, com as
65 atualizações sendo válidas no exercício seguinte. Deverá ser estruturado em três eixos de
66 investimento, organizados em componentes de ação, programas e atividade a ser
67 executada, com a sua respectiva previsão orçamentária. O PPA está embasado em três
68 diretrizes: legal/normativa, financeira/administrativa/operacional e técnica. As etapas que

69 o PPA deve percorrer se iniciam com a proposição do plano pela Agência de Bacia,
70 ABHA, seguido pela análise e contribuições da Câmara Técnica de Planejamento
71 Institucional – CTPI do Comitê e sua posterior discussão e deliberação em plenária. A
72 partir daí, a ABHA poderá iniciar a implementação desse Plano. Foi apresentada a
73 estimativa de arrecadação do CBH PN1, de acordo com as outorgas vigentes,
74 considerando da taxa de inadimplência. Os eixos previstos na base legal e normativa para
75 a elaboração do PPA são divididos em: Eixo 1 – Programas e ações de gestão; Eixo 2 –
76 Programas e ações de planejamento; e Eixo 3 – Programas e ações estruturais, todos
77 devidamente explicados durante a reunião. No viés técnico, o PARH (Plano de Ações de
78 Recursos Hídricos) prevê algumas hierarquizações e intervenções já apontadas como
79 essenciais para melhor gestão da bacia de acordo com as necessidades da área. Se faz
80 necessário priorizar ações de maior carência uma vez que o volume de arrecadação não
81 consegue subsidiar todas as ações de maneira simultânea. Foram apresentados então a
82 proposta de alguns programas norteadores de investimento conforme o PARH do CBH
83 PN1, dentro de cada eixo, sendo eles: apoio institucional; educação ambiental em recursos
84 hídricos; comunicação social; apoio ao controle e prevenção da erosão e assoreamento
85 dos rios; estudos, planos e projetos para o setor de saneamento ambiental; ampliação da
86 coleta e da disposição final de resíduos sólidos urbanos. Uma outra proposta, que será
87 avaliada a necessidade pela equipe técnica da ABHA de acordo com a especificidade de
88 cada projeto, é a contratação de uma gerenciadora de projetos para acompanhamento,
89 validação e análise de produtos. Finalizando, foi apresentado uma síntese de valores a
90 serem dispendidos na execução do PPA 2025. O Sr. José Oliveira sugeriu a inclusão do
91 saneamento rural no planejamento, uma vez que a área também faz parte da bacia e
92 merece atenção. O Sr. Hygor explica que no item de “Cadastro de rede” estão
93 contemplados a área urbana e os principais distritos, incluindo assim, parte do saneamento
94 rural. Além disso, para uma inclusão mais específica dessa área se faz necessário um
95 diagnóstico detalhado, ainda não tendo evidências no PARH de locais que indicam a
96 necessidade desse tratamento, ou seja, quantos projetos já em condições de serem
97 executados dentro do saneamento rural há nessas propriedades. A proposta então é de que
98 nesse primeiro momento seja executado o PPA 2025 e neste ano, quando se iniciar a
99 elaboração um novo PPA, que será válido até 2030, com mais tempo, buscar esse
100 diagnóstico, identificar quais municípios da bacia ou quais áreas populacionais mais
101 demandam de saneamento rural. O Sr. Regis Abreu questiona o que está contemplado nos
102 valores propostos para educação ambiental e comunicação. A Sra. Nara Santos explica

103 que os valores englobam a construção do plano de comunicação, inicialmente como um
104 diagnóstico, levantando todos os aspectos relacionados e o público prioritário, e a partir
105 desses indicativos proposição das ferramentas de comunicação mais apropriadas para o
106 Comitê e a operacionalização desse plano. O Sr. Regis Abreu sugere então um
107 acompanhamento mais próximo dos conselheiros em relação a aplicabilidade desse
108 recurso, principalmente nessas duas áreas, por serem valores expressivos e aplicações
109 importantes. O Sr. Diego Cavalcante sugere para os próximos planejamentos que sejam
110 direcionadas discussões referentes ao abastecimento de água no município de Monte
111 Carmelo, como, por exemplo, estudos técnicos de captação de novos recursos hídricos,
112 uma vez que o município sofre com esse problema. A Sra. Eni Amaral questiona sobre a
113 sobra orçamentaria e é esclarecido que o valor estará à disposição do comitê para que, de
114 maneira esporádica, caso a plenária entenda que são projetos de relevância, sejam
115 executados, ou em casos de emergência. Porém, foi salientado que a prioridade são os
116 projetos planejados e aprovados no PPA. Levantada a questão da inadimplência dos
117 usuários da bacia, o Sr. Bruno Santos explicou que o problema será pautado na CTPI
118 principalmente para buscar suas causas e o mapeamento dos setores para a partir do
119 diagnóstico tomar as melhores providências. O Coordenador da CTPI, informa a plenária
120 que a Câmara Técnica encaminha a proposta do PPA, após sanadas todas as dúvidas, para
121 a aprovação. Encerradas as discussões, o Presidente abre votação na plenária do Plano
122 Plurianual de 2025, conforme encaminhado pela ABHA Gestão de Águas. O PPA 2025
123 foi aprovado por unanimidade dos conselheiros presentes. Aberta a fala aos presentes e
124 não tendo outros assuntos a se tratar, eu, auxiliar administrativo da ABHA Gestão de
125 Águas, redigi esta ata que depois de lida e aprovada será assinada pelo Secretário e pelo
126 Presidente.